

# RELATÓRIO E PARECER CONCLUSIVO DO CONTROLE INTERNO

## RELATÓRIO

**Emitente:** Controladoria Geral do Município de Muniz Freire

**Gestor responsável:** Viviane Lopes de Moraes

**Exercício:** 2016

Observando o que dispõe o artigo 74 da Constituição Federal de 1988 e o que dispõe o artigo 59 da Lei Complementar nº 101/2000 – LRF, esse órgão de controle interno realizou, no exercício supramencionado, procedimentos de controle, objetivando principalmente:

I - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração municipal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

II - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

Considerando o universo a que se referem os pontos de controle apontados neste relatório, os procedimentos foram realizados por amostragem, utilizando-se técnicas de auditoria governamental aplicáveis a cada caso.

A seguir apresentamos os procedimentos adotados, seguidos das constatações e proposições sugeridas, emitindo, ao final, nosso parecer conclusivo.

### 1. Procedimentos de controle adotados pelo controle interno

#### 1.1 Gestão fiscal, financeira e orçamentária

| Código | Ponto de controle                             | Base legal  | Procedimento   | Vistoº                 |
|--------|---|---|--|------------------------|
| 001    | Renúncia de receitas – avaliação dos projetos | LC 101/2000, art. 1º, § 1º.<br>Legislação específica. | Avaliar se os projetos ou atividades beneficiadas com incentivos fiscais estão sendo objeto de acompanhamento, avaliação de resultados e benefícios esperados em face das justificativas apresentadas para sua concessão.  | NÃO SE APLICA AO FUNDO |
| 002    | Avaliação atuarial                            | Lei 9.717/1998, art. 1º, inciso I.                    | Avaliar se o Regime Próprio de Previdência Social realizou avaliação atuarial inicial e têm realizado reavaliações atuariais em cada balanço, bem como, se têm realizado auditoria, através de entidades independentes legalmente habilitadas, utilizando-se parâmetros gerais, para a organização e revisão do plano de custeio e benefícios. | NÃO SE APLICA AO FUNDO |
|        |   |   |  |                        |

|     |   |  |  |            |
|-----|---|--|--|------------|
| 003 | Contribuições previdenciárias – recolhimento                  | Lei 9.717/1998, art. 1º, inciso II.                                  | Verificar se as contribuições previdenciárias (patronal e retida dos servidores) e se os parcelamentos de débitos previdenciários estão sendo recolhidas regularmente e se o registro contábil das contribuições dos servidores e do ente estatal está sendo realizado de forma individualizada. | <b>SIM</b> |
| 004 | Pagamento de passivos – ordem cronológica das exigibilidades  | Lei 8.666/1993, arts. 5º e 92, c/c CRFB/88, art. 37.                 | Avaliar se os passivos estão sendo pagos em ordem cronológica de suas exigibilidades.  | <b>SIM</b> |
| 005 | Déficit orçamentário – medidas de contenção                   | LC 101/2000, art. 9º.  | Avaliar se foram expedidos atos de limitação de empenho e movimentação financeira, nos casos e condições estabelecidas em lei, com vistas à contenção de déficit orçamentário e financeiro.  | <b>SIM</b> |
| 006 | Disponibilidades financeiras – depósito e aplicação           | LC 101/2000, art. 43 c/c § 3º, do artigo 164 da CRFB/88.             | Avaliar se as disponibilidades financeiras foram depositadas em instituições financeiras oficiais.   | <b>SIM</b> |
| 007 | Retenção de impostos, contribuições sociais e previdenciárias | LC 116/2003, art. 6º. Decreto Federal nº 3.000/1999. Lei 8.212/1991. | Avaliar se foram realizadas as retenções na fonte e o devido recolhimento, de impostos, contribuições sociais e contribuições previdenciárias, devidas pelas pessoas jurídicas contratadas pela administração pública.   | <b>SIM</b> |
| 008 | Registros contábeis – normas brasileiras de contabilidade     | Resolução CFC nº 750/1993 c/c NBC-T 16                               | Avaliar se os registros e as demonstrações contábeis foram realizados de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público.   | <b>SIM</b> |
| 009 | Despesa – realização de despesas – irregularidades            | LC 101/2000, art. 15 c/c Lei 4.320/1964, art. 4º.                    | Avaliar se foram realizadas despesas consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público, ilegais e/ou ilegítimas.   | <b>SIM</b> |
| 010 | Despesa – realização sem prévio empenho                       | Lei 4.320/1964, art. 60.   | Avaliar se foram realizadas despesas sem emissão de prévio empenho.  | <b>SIM</b> |
| 011 | Despesa – liquidação  | Lei 4.320/1964, art. 63.   | Avaliar se foram observados os pré-requisitos estabelecidos no artigo 63 da Lei Federal nº 4.320/64 para a liquidação das despesas.  | <b>SIM</b> |
| 012 | Pagamento de despesas sem regular liquidação                  | Lei 4.320/1964, art. 62.   | Avaliar se houve pagamento de despesa sem sua regular liquidação.  | <b>SIM</b> |
| 013 | Despesa – desvio de finalidade                                | LC 101/2000, art. 8º, parágrafo único.                               | Avaliar se houve desvio de finalidade na execução das despesas decorrentes de recursos vinculados.   | <b>SIM</b> |
| 014 | Despesa – auxílios, contribuições e subvenções.               | Legislação específica.   | Avaliar se houve concessão de auxílios, contribuições ou subvenções a entidades privadas sem previsão na LDO, na LOA e em lei específica.  | <b>SIM</b> |

*Silviana*



|     |                             |                          |  |            |
|-----|-----------------------------|--------------------------|--|------------|
| 015 | Despesa – subvenção social. | Lei 4.320/1964, art. 16. | Avaliar se a concessão de subvenção social obedeceu o disposto no art. 16, da Lei Federal nº 4.320/1964, especialmente no que se refere o seu parágrafo único. | <b>SIM</b> |
|-----|-----------------------------|--------------------------|--|------------|

## 1.2 Gestão patrimonial

| Código | Ponto de controle  | Base legal  | Procedimento   | Vistoº               |
|--------|--|---|--|----------------------|
| 016    | Disponibilidades financeiras – depósito e aplicação  | LC 101/2000, art. 43 c/c § 3º, do artigo 164 da CRFB/88.  | Avaliar se as disponibilidades financeiras foram depositadas em instituições financeiras oficiais.   | <b>SIM</b>           |
| 017    | Disponibilidades financeiras – RPPS – contas específicas   | LC 101/2000, art. 43, § 1º.   | Avaliar se as disponibilidades financeiras do regime próprio de previdência social foram depositadas em contas específicas do Instituto de Previdência. Havendo criação de fundos específicos, avaliar se os recursos estão sendo mantidos e aplicados em seus respectivos fundos. | <b>NÃO SE APLICA</b> |
| 018    | Disponibilidades financeiras – RPPS – limites e condições de proteção e prudência nas aplicações | LC 101/2000, art. 43, § 1º.<br>Lei nº 9.717/1998, art. 6, inciso IV.<br>Resolução CMN nº 3.922/2010.                            | Avaliar se as aplicações financeiras dos recursos depositados nas contas específicas dos fundos de previdência observaram os limites e condições de proteção e prudência financeira de mercado e, em especial, seguindo as determinações do Conselho Monetário Nacional.           | <b>NÃO SE APLICA</b> |
| 019    | Disponibilidades financeiras – RPPS – vedações   | LC 101/2000, art. 43, § 2º.   | Avaliar se as vedações especificadas no § 2º, do artigo 43, da LRF, foram observadas, quando da aplicação das disponibilidades financeiras do regime próprio de previdência.   | <b>NÃO SE APLICA</b> |
| 020    | RPPS – registro contábil provisões matemáticas   | LC 101/2000, art. 69.<br>Lei 4.320/1964, art. 100. Resolução CFC nº 750/1993, arts. 6º e 10. Portaria MPS 21/2013 e correlatas. | Avaliar se o RPPS realiza escrituração contábil obedecendo as normas de contabilidade e atuária que preservem seu equilíbrio financeiro e atuarial.  | <b>NÃO SE APLICA</b> |
| 021    | Dívida ativa e demais créditos tributários – cobrança regular                                    | LC 101/2000, art. 11.   | Avaliar se os créditos tributários não recebidos estão sendo objeto de inscrição em dívida ativa antes de sua prescrição e se a dívida ativa constituída está sendo objeto de cobrança administrativa e/ou judicial.   | <b>SIM</b>           |
| 022    | Dívida ativa e demais créditos tributários - cancelamento  | CRFB/88, art. 37 c/c LC 101/2000, art. 11.  | Avaliar se houve comprovação do fato motivador para o cancelamento de dívida ativa e/ou demais créditos tributários, se houve previsão legal para a prática desses atos e se o impacto econômico-financeiro não comprometeu metas de resultados previstas na LDO.                  | <b>SIM</b>           |
|        |  |   |  |                      |

*Alfonso*

|     |                                  |  |  |            |
|-----|----------------------------------|--|--|------------|
| 023 | Cancelamento de passivos         | CRFB/88, art. 37, caput.<br>Resolução CFC nº 750/1993.     | Avaliar se houve cancelamento de passivos sem comprovação do fato motivador.   | <b>SIM</b> |
| 024 | Registros bens móveis e imóveis. | CRFB/88, art. 37, caput c/c Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96. | Avaliar se as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos bens móveis e imóveis em compatibilidade com os inventários anuais, bem como, as variações decorrentes de depreciação, amortização ou exaustão, e as devidas reavaliações.  | <b>SIM</b> |
| 025 | Registro de bens permanentes     | Lei 4.320/1964, art. 94.                                   | Avaliar se os registros analíticos de bens de caráter permanente estão sendo realizados contendo informações necessárias e suficientes para sua caracterização e se existe a indicação, na estrutura administrativa do órgão, de agente(s) responsável(is) por sua guarda e administração. | <b>SIM</b> |

### 1.3 Demais atos de gestão

| Código | Ponto de controle                                  | Base legal                      | Procedimento   | Visto'     |
|--------|--|---------------------------------|--|------------|
| 026    | Pessoal – função de confiança e cargos em comissão | CRFB/88, art. 37, inciso V.     | Avaliar se as funções de confiança estão sendo exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo e se os cargos em comissão destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.  | <b>SIM</b> |
| 027    | Pessoal – função de confiança e cargos em comissão | Legislação específica do órgão. | Nos órgãos que dispõem de lei específica disciplinando condições e percentual mínimo dos cargos em comissão a serem preenchidos por servidores de carreira, avaliar se a legislação específica está sendo observada. | <b>SIM</b> |
| 028    | Pessoal – contratação por tempo determinado        | CRFB/88, art. 37, inciso IX.    | Avaliar a legislação específica do órgão disciplinando a contratação por tempo determinado observando se as contratações destinam-se ao atendimento de necessidade temporária e de excepcional interesse público.    | <b>SIM</b> |
| 029    | Pessoal – teto                                     | CRFB/88, art. 37, inciso XI.    | Avaliar se o teto remuneratório dos servidores públicos vinculados ao órgão obedeceu o disposto no artigo 37, inciso XI, da CRFB/88.   | <b>SIM</b> |
| 030    | Pessoal – subsídios                                | CRFB/88, art. 29, V.            | Avaliar se a fixação e o pagamento dos subsídios ao Prefeito, ao Vice-prefeito e aos Secretários Municipais observaram o disposto no artigo 29, inciso V, da CRFB/88.  | <b>SIM</b> |

*Salvo*



|     |  |                                  |  |            |
|-----|--|----------------------------------|--|------------|
| 031 | Segregação de funções.                                 | CRFB/88, art. 37, caput.         | Avaliar se foi observado o princípio da segregação de funções nas atividades de autorização, aprovação, execução, controle e contabilização das operações. | <b>SIM</b> |
| 032 | Realização de despesas sem previsão em lei específica. | CRFB/88, art. 37, caput.         | Avaliar se houve pagamento de despesas com subsídios, vencimentos, vantagens pecuniárias e jetons não autorizados por lei específica.                      | <b>SIM</b> |
| 033 | Dispensa e inexigibilidade de licitação.               | Lei 8.666/93, arts. 24, 25 e 26. | Avaliar se as contratações por dispensa ou inexigibilidade de licitação observaram as disposições contidas nos artigos 24 a 26 da Lei de Licitações.       | <b>SIM</b> |

## 2. Auditorias realizadas

Não foram realizadas auditorias para subsidiar a emissão do parecer sobre as contas ora avaliadas, uma vez que o órgão de central de controle interno, até a presente data, é composto apenas pela Controladora Geral.

O artigo 16 da Lei Municipal nº 2.310/2013 fixou o prazo de 02 anos para a realização de concurso público objetivando o provimento do quadro de pessoal do Órgão Central de Controle Interno, o que não ocorreu devido ao alto índice de gasto com pessoal que impede o Município de realizar concurso público.

Desta forma, tornou-se totalmente impossível a realização de auditorias, uma vez que todas as atribuições do Órgão de Central de Controle Interno recaíram apenas sob a pessoa da Controladora Geral.

Diante da impossibilidade de realização de auditorias, esta Controladoria usou como meios de controle a análise dos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF), os Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária (RREO) e balancetes, com posterior emissão de Relatório de Controle Interno apontando suas conclusões da referida análise. No que diz respeito aos demais pontos de controle que não são possíveis avaliação através do RGF, RREO e balancetes esta Controladoria de ofício buscou informações junto as unidades executoras e quando da existência de irregularidades, relatou e solicitou providências ao Gestor.

## 3. Irregularidades constatadas

Dos procedimentos de controle realizadas por este Órgão Central do Sistema de Controle Interno, foram detectadas as irregularidades apresentadas na tabela a seguir:

| Ponto de controle  | Base legal   | Irregularidade detectada  |
|--|--|---|
| Contribuições previdenciárias – recolhimento                 | Lei 9.717/1998, art. 1º, inciso II.                  | As contribuições previdenciárias que dizem respeito à obrigação patronal e os parcelamentos de débitos previdenciários foram recolhidas parcialmente. |
| Pagamento de passivos – ordem cronológica das exigibilidades | Lei 8.666/1993, arts. 5º e 92, c/c CRFB/88, art. 37. | Os passivos não são pagos em ordem cronológica de suas exigibilidades.  |

#### 4. Proposições

Em face das irregularidades e/ou ilegalidades detectadas, essa unidade de controle interno apresentou, para o gestor responsável, as proposições e alertas sintetizados a seguir:

| Ponto de controle  | Irregularidade/ilegalidade detectada   | Proposições/Alertas   |
|--|--|---|
| Contribuições previdenciárias – recolhimento                 | As contribuições previdenciárias que dizem respeito à obrigação patronal e os parcelamentos de débitos previdenciários foram recolhidos parcialmente | Emissão de Relatório de Controle Interno alertando sobre a irregularidade e solicitando providências ao gestor. |
| Pagamento de passivos – ordem cronológica das exigibilidades | Os passivos não são pagos em ordem cronológica de suas exigibilidades.   | Emissão de Relatório de Controle Interno alertando sobre a irregularidade e solicitando providências ao gestor. |

#### 5. Parecer conclusivo

Examinei a prestação de contas anual elaborada sob a responsabilidade da Sra. Viviane Lopes de Moraes, gestora do Fundo Municipal de Assistência Social de Muniz Freire/ES, relativa ao exercício de 2016, com objetivo de:

- I - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia, eficiência e economicidade da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração estadual e municipal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;
- II - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

Cumpra à Controladoria Geral do Município de Muniz Freire/ES dar ciência a este Tribunal dos dados referente a aplicação de recursos e a execução da programação financeira de desembolso no exercício de 2016. Tal atribuição extrai-se do artigo 122 da Resolução do TCEES N° 261/2013.

Da análise dos procedimentos de controle conclui-se que dos “33” pontos de controle foram encontradas irregularidades em apenas “2”, qual seja: 1) As contribuições previdenciárias (patronal) e os parcelamentos de débitos previdenciários foram pagos

*Juliana*